

Ambiente, Mídia e Sociedade: A Difusão das Ideias Ecológicas no Brasil Environment, Media and Society: The Dissemination of Ecological Ideas in Brazil

Antonio Teixeira de Barros¹

¹Doutor em Sociologia. Docente e pesquisador do Programa de Mestrado em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (CEFOP)

Recebido em 8 de agosto de 2016; Aceito em 14 de dezembro de 2016.

Resumo

Analisa a relação entre ambiente e mídia e sociedade, com foco específico na divulgação das ideias ecológicas pelos meios de comunicação no Brasil, no contexto recente (1990-2010), com base no conceito de mediatização como processo social de referência. Isso implica examinar como se deu tal processo do ponto de vista histórico e processual, ou seja, que fatores explicam a hegemonia da mídia no contexto atual como principal meio em termos de visibilidade ambiental no Brasil? O que contribuiu para tal relevância? Quais os impactos da mediatização na configuração do pensamento ambiental e nas suas fontes de informação? Conclui-se que a ampla difusão das ideias ecológicas no Brasil nas últimas décadas se deve a vários segmentos que atuaram em cooperação com os meios, tais como o Estado, a comunidade científica, o empresariado do ramo dos negócios ambientais e o terceiro setor.

Palavras-chave: Ecologia e sociedade. Ecologia e mídia. Ambiente e sociedade. Mídia, ambiente e política.

Abstract

This paper analysis the relationship between environment and society and media, with specific focus on the dissemination of ecological ideas in the media in Brazil, within the current context (1990-2010), based on the concept of mediation as a social process reference. This involves examining how was this process from the standpoint of historical process, that is, what factors explain the hegemony of the media in the current context as the primary means in terms of visibility environment in Brazil? What contributed to such importance? What is the impact of media coverage in shaping environmental thought and its sources of information? It concludes that the wide dissemination of ecological ideas in Brazil in recent decades is due to several segments that acted in cooperation with the media, such as the State, the scientific community, the business of the environmental business sector and the third sector.

Keywords: Ecology and Society. Ecology and media. Environment and society. Media, environment and politics.

INTRODUÇÃO

Diversos são os estudos sobre o papel da mediação no contexto contemporâneo, o que levou à perspectiva denominada *mediacêntrica*, que reúne as teorias relacionadas aos poderes e ao triunfo dos *medias* na sociedade. Na perspectiva da sociologia da comunicação destacam-se Bourdieu (1997), Thompson (1995), Sartori (1998), Sodré (1983), Ortiz (1991), Schmidt (2003), Pereira Rosa (2006), entre outros. Para a compreensão do contexto brasileiro, trata-se de uma abordagem emblemática, devido ao papel que a mídia exerceu no letramento cultural e informacional, atuando como agência simbólica de produção de sentidos. Nesse contexto, destaca-se a televisão como representante maior da lógica da indústria cultural no Brasil, um poderoso mecanismo de socialização e instância de poder simbólico, nos termos de Bourdieu (1997) e Ortiz (1991).

A atuação da TV na disseminação das temáticas ecológicas, inclusive na programação não noticiosa, é emblemática para a compreensão do papel atual dos *media* na sociedade brasileira. Os antecedentes da mediação ambiental remetem às revistas ilustradas, ao cinema e às telenovelas. Sodré (1983) identifica nas revistas ilustradas um dos relevantes antecedentes da mediação do ambiente no Brasil, especialmente em função de grandes reportagens sobre a vida de povos indígenas e de curiosidades sobre a fauna e a flora amazônicas. Entre essas revistas destacam-se *O Cruzeiro* (1928-1975), *Manchete* (1952-2000) e *Realidade* (1966-1968) que exploravam “assuntos de atualidade”, com vasto material fotográfico. No *ranking* das temáticas dessas revistas apresentado pelo autor, em segundo lugar (depois de artes e literatura)¹, está o conjunto de temas “natureza, paisagem e aventuras”, com a divulgação de fotos e de grandes reportagens sobre temas que envolviam natureza, embora ainda não houvesse o enquadramento ambientalista no sentido estrito do termo.²

A grande audiência das telenovelas contribuiu para torná-las um produto televisivo por excelência e consolidar a TV como veículo de maior alcance de público e uma vitrine para a divulgação de cenários da natureza e de paisagens exuberantes, mesmo quando ainda não havia o apelo explícito da agenda ambiental. A hegemonia mediática da televisão consolidou-se devido ao aparato tecnológico, mas também em função da relação construída com o público, de modo a se consolidar uma cultura de visibilidade social, em que os assuntos, para se tornarem relevantes, devem ser contemplados pela programação televisiva, apesar de perspectivas analíticas de que a TV empobrece a cultura e simplifica os processos socioculturais e políticos.³ Por outro lado, devido a seu poder de penetração e de sedução, a TV continua a ser uma das principais fontes de informação e de representações sobre os mais variados temas, inclusive meio ambiente, a ponto de ser considerada uma das protagonistas na formação de uma opinião pública voltada para o desenvolvimento sustentável (Crespo, 2005), não só no Brasil mas, em outros países em que esse veículo também é hegemônico, como é o caso de Portugal, Espanha e os países da América Latina (Schmidt, 2003).

Diante desse cenário mais amplo este texto apresenta como objetivo analisar as convergências entre

1 No inventário realizado pelo autor, a seqüência completa das categorias temáticas é a seguinte: 1) Artes e literatura; 2) Natureza, paisagem e aventuras; 3) Personalidades e nobreza; 4) Ciência; 5) Esportes (Sodré, 1983, p.48).

2 BARROS (1999) e CARVALHO (2001) ressaltam o aspecto plural das manifestações e organizações ambientais e seus discursos, atores e sujeitos. Nessa visão há três termos que se destacam no repertório conceitual, do ponto de vista histórico e epistemológico: conservacionismo, ecologismo e ambientalismo. O primeiro remete às primeiras manifestações biocêntricas, com base em estudos das ciências naturais, e tiveram influências nas políticas de patrimonialização da natureza. O segundo abrange os movimentos de inspiração ideológica e política de cariz marxista (ecopolítica) com pautas de debates sobre os efeitos nefastos do capitalismo na natureza e na sociedade. O terceiro assumiu o discurso oriundo das retóricas conciliadoras entre produção e sustentabilidade. Para pormenores, consultar Carvalho, 2001.

3 Várias são as publicações brasileiras que criticam a TV e a mídia de modo geral, inspiradas nas idéias apocalípticas da Escola de Frankfurt, com maior ou menor teor radical. Aqui não há espaço para um levantamento abrangente, mas a título de exemplo estão os estudos de Sérgio Miceli (*A Noite da Madrinha*), Renato Ortiz (*A Moderna Tradição Brasileira*), Ciro Marcondes Filho (*O Capital da Notícia*), Sérgio Caparelli (*Televisão e Capitalismo no Brasil*), Cremilda Medina (Notícia, um produto a venda), entre outros.

o pensamento ambiental e a lógica da mediatização, com o propósito de oferecer elementos teóricos para a explicação e compreensão relacional dessa dupla emergência em termos de fenômenos socioculturais: o ambientalismo como pensamento complexo e a mediatização da qual o ecologismo se tornou caso de estudo emblemático e paradigmático. O artigo adota a perspectiva teórica da sociologia da comunicação, a partir do conceito de mediatização como processo social de referência (Braga, 2006), o que significa considerar as teorias relacionadas aos poderes e ao triunfo dos *medias* na sociedade (Schmidt, 2003). Aplica-se tal pressuposto ao papel desempenhado pela TV na divulgação das temáticas ecológicas, com o objetivo de examinar como se deu tal fenômeno do ponto de vista histórico e processual, ou seja, que fatores explicam a hegemonia da TV no contexto atual como principal meio em termos de visibilidade ecológica e em que termos se dá a tematização da agenda temática do ambientalismo no âmbito dos meios de comunicação. A ênfase recai sobre o enquadramento midiático baseado numa perspectiva ambígua e com tendência à dualidade, que se reflete em oscilações entre os destaques aos acidentes e riscos ecológicos, de um lado e, de outro, ao discurso entusiasmado e otimista sobre o desenvolvimento sustentável, uma forma de reiteração na profissão de fé no progresso econômico.

O percurso argumentativo inicia pela contextualização das confluências entre os fatores sociais e culturais que culminaram com a centralidade da mídia no cenário contemporâneo e seus reflexos na divulgação das ideias ambientais. Em seguida apresenta-se uma sucinta abordagem sobre a mediatização, entendida como um processo social de referência, decorrente da centralidade dos *media* na sociedade atual. Por fim, apresenta-se um mapeamento das principais fases da mediatização ambiental no Brasil e sua relação com a agenda internacional, com ênfase para os casos mais emblemáticos da divulgação ambiental pelos meios de comunicação, com destaque para a TV.

CONVERGÊNCIAS SOCIAIS E MEDIÁTICAS

Tanto o fenômeno cultural da centralidade mediática como o relevo social e político das ideias ecológicas no contexto contemporâneo resultam da confluência de múltiplas variáveis do ponto de vista de suas pautas culturais e dinâmicas sociais. Os *media* passaram a ser regidos pela lógica da sociedade em rede e da perspectiva denominada *intermedia* (Schmidt, 2003), o que significa conexão, intercâmbio e influência de um meio de comunicação sobre os outros, resultando no efeito de consonância de agenda (WOLF, 1995), que se manifesta numa cobertura similar entre os veículos concorrentes, com destaques para os mesmos temas, fontes e enquadramentos. Trata-se de um processo inerente à própria natureza da mediatização. Schmidt (2003, p.71) põe em relevo o processo de *intermedia*, ou seja, a ação de um veículo sobre os demais, “segundo o qual os *media* confiam e remetem uns para os outros, repetindo e fixando frases e ideias, gerando nuvens noticiosas em torno dos acontecimentos”. Além disso, a mediatização não deve ser estudada como um fenômeno que resulta exclusivamente da ação dos *media* na sociedade, de modo unilateral, mas de uma confluência multifatorial (SOUSA, 2000). Trata-se, na realidade, de um fenômeno com múltiplos vetores, inclusive das interferências da sociedade sobre os *media* e também na própria configuração endógena dos meios.

Nesse processo de *intermedia*, a televisão exerceu um papel crucial. Como ressalta Schmidt (2003), a trajetória da emergência do ambiente como tema de debate público é indissociável da mediatização. Seguindo o raciocínio das convergências sociomediáticas também sob o aspecto da organização dos movimentos ecológicos e da própria lógica estruturante do ideário ecológico como manifestação complexa do ponto de vista epistemológico, social e político, na perspectiva de autores como Edgar Morin (2002) e Enrique Leff (2002). Afinal, o pensamento ambiental reúne, desde suas pioneiras e tímidas manifestações, nas primeiras décadas do século XX, conhecimentos e referências dos mais diversos campos do conhecimento, com destaque para as interfaces com a educação, a filosofia, a política, as ciências sociais e o jornalismo. Apesar do

apelo planetário no momento atual, o ideário ecológico também chama atenção para as realidades locais, oferecendo oportunidade para a reflexão sobre as situações próprias de cada contexto social, em sintonia com as teorias sociais contemporâneas, que enfocam a geografia política como emblema da necessidade de se considerar as pluralidades e especificidades do pensamento e da ação social (BOBBIO, 1992; HOBBSAWN, 1995; MORIN, 1994). Além disso, o ambientalismo é tributário de um ideário filosófico e político gestado pelos diferentes movimentos ambientalistas em sua dimensão de transformação do pensamento social, da ordem cultural e do sistema político das sociedades contemporâneas.

O pensamento ecológico, portanto, surge como resultado de uma aliança hermenêutica entre política, ciência, cultura e educação, no contexto científico pós-moderno. Esse novo campo de conhecimento aglutina e justapõe saberes de diversos outros domínios, tanto teóricos como normativos e práticos. O paradigma da complexidade propõe o abandono da visão triunfalista de controle do real. As flutuações conceituais, as contradições, ambiguidades e oposições entre correntes de opinião, no âmbito do pensamento complexo, são consideradas elementos positivos, uma vez que o mesmo é movido por uma tensão permanente entre a aspiração a um saber não fragmentado e o reconhecimento da força das incertezas, ambiguidades e processualidades (dimensão inacabada) do conhecimento e da educação continuada e difusa, ou seja, como prática cultural inserida nas relações sociais (PETITAT, 2011; CARVALHO 2001; MORIN, 2002; LEFF, 2002).

Esse raciocínio está incluído na visão de Edgar Morin (1994), para quem a complexidade é entendida como a ciência da organização dos contrários, ou seja, uma forma paradoxal de pensar a realidade e ainda um modo de tecer os fatos científicos com base não mais em dualidades, mas em paradoxos, pois a complexidade é o tecido organizador de eventos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o mundo fenomênico e se apresenta com os traços inquietantes do inextricável, da desordem, da incerteza, do imprevisível. O caráter relacional é a essência da complexidade. Segundo Morin (1994), todo sistema é fundamentado na sua substância relacional de pensamento, a exemplo da emergência do ambientalismo multissetorial brasileiro.⁴ Morin procura na complexidade cultural da sociedade contemporânea as explicações para a emergência de um pensamento ecológico, inclusive nos processos de rupturas, os quais, a seu ver, assumem o papel de “*desvios inovadores*”, que criam as condições iniciais de uma transformação que pode eventualmente aprofundar-se.

Pensadores como Norberto Bobbio (1992) e Eric Hobsbawn (1995) chamam atenção para a relação do ambientalismo com uma rede de outros atores sociais. Para o primeiro autor, os movimentos em defesa da natureza não devem ser compreendidos como iniciativas isoladas e autônomas, mas como parte de um conjunto de movimentos em defesa dos direitos humanos, incluindo as liberdades individuais, os direitos políticos e sociais. O ambientalismo, na visão de Bobbio se insere no âmbito dos chamados *direitos de terceira geração* (direitos étnicos, de gênero, de imigrantes, qualidade de vida, ecológicos etc), ou seja, o direito relativo à natureza, no qual os sujeitos não são entendidos como indivíduos, grupos sociais, categorias profissionais ou instituições sociais. Em sua avaliação, nesses *direitos de terceira geração*, o sujeito é a própria humanidade. Hobsbawn (1995) complementa que esses movimentos apontam para reivindicações que exigem mudanças em toda a estrutura da sociedade e apelam para a adesão generalizada das pessoas e não apenas de categorias específicas. Os direitos ambientais são associados às reivindicações, campanhas e manifestações públicas em prol da paz, da qualidade de vida, da diversidade cultural, da integração sociocultural, do bem-estar geral da humanidade, independentemente de sua raça, religião, gênero ou nacionalidade. Tal amplitude de inserção social reitera o argumento de convergências e aproximações aqui discutidas.

A diversificação dos horizontes de sentidos sobre ecologia, na perspectiva da complexidade, foi in-

4 O ambientalismo multissetorial é caracterizado por Viola (1992) como a etapa que a configuração política passou a ser regida pelo diálogo e cooperação entre os diferentes atores e movimentos, com um atenuamento dos matizes ideológicos de cada setor.

tensificada com a visão de especialistas de áreas distintas de conhecimento, com ampla repercussão entre educadores, cientistas sociais e filósofos, ampliando a escala de interpretação e compreensão da sociedade (CARVALHO, 2001). Diante desse multifacetado quadro hermenêutico é que o ambientalismo passou a ser tomado como exemplo paradigmático da perspectiva de ampliação do olhar sociológico e político, principalmente pelo seu potencial de integrar saberes e epistemologias (no plano exógeno e endógeno das disciplinas), além de permitir problematizações complexas e transversais sobre a realidade social e política (MORIN, 2002; LEFF, 2002). Como resultado disso, as reflexões sobre ambientalismo foram incorporadas pelas demais configurações sociais, chegando ao nível da conversação civil, talvez uma das manifestações mais emblemáticas do potencial desse campo de saberes como ideal político. A conversação civil (ECO, 2010) inclui os debates informais protagonizados pelos próprios cidadãos, sem interferência ou tutela do Estado ou de instituições e instâncias reguladoras das relações sociais e políticas. Tais práticas são derivadas da inserção dos indivíduos em relações sociais multifuncionais, a exemplo de discussões na esfera pública virtual e participações voluntárias em fóruns sociais, associações comunitárias, programas de rádio e televisão, por exemplo. No caso do ambientalismo, as conferências e fóruns internacionais anteriormente em muito contribuíram para o desenvolvimento da cultura da conversação civil da ampliação das redes integradas de saberes ecológicos (Eco, 2010, Morin, 2002; Leff, 2002).

A MEDIATIZAÇÃO COMO PROCESSO INTERACIONAL DE REFERÊNCIA NA ÁREA AMBIENTAL

A adesão dos media à divulgação das ideias e debates oriundos dessas conferências tornou-se uma tendência nacional no Brasil, registrada em vários estudos sobre o assunto (BARROS, 1999; RAMOS, 1996; SOUSA; FERNANDES, 2002; BARROS E SOUSA, 2010). A Conferência do Rio (Rio 92) é considerada por esses autores o caso mais emblemático, com ampla divulgação mediática nos meses que antecederam o evento e uma diversificação da agenda com destaque nunca antes registrado (SOUSA; FERNANDES, 2002). Nas conferências seguintes, o diferencial é que os debates foram incluídos em uma cobertura já consolidada e mais contextualizada, ou seja, os debates deixaram de ser tratadas como eventos propriamente ditos ou espetáculos momentâneos e passaram a ser cobertos como temas já absorvidos pela pauta dos *media* (RAMOS, 1996).

Em suma, a partir da década de 1990, com a extraordinária repercussão da Cúpula da Terra (Rio 92), o ambientalismo consolidou-se como um fenômeno mediatizado. A mediatização, segundo Braga (2006a; 2006b), tornou-se um processo social de referência no mundo contemporâneo. O termo é utilizado pelo autor em duas acepções. Na primeira, são incluídos processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as *lógicas dos media*, como a política, o entretenimento, o consumo e os diversos tipos de aprendizagem difusa. Na segunda, mais abrangente, são incluídas todas as instâncias da sociedade, das relações pessoais à divulgação de informações. Para o estudioso, trata-se de um processo interacional de referência, porque sua lógica passou a servir de parâmetro para as principais instâncias de sociabilidade, de vinculação social e de construção de representações sociais, inclusive sobre ambiente. “Assim, dentro da lógica da mediatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem, mas se ajustam” (BRAGA, 2006, p.2).

Um exemplo da consolidação da escrita como processo interacional de referência, o qual não se restringe aos materiais caracterizados pela palavra impressa (livros, jornais, correspondência, etc.) nemos momentos específicos em que um leitor fixa o olhar sobre tais materiais (momento concreto da leitura).⁵Nesse

5 Régis Debray apresenta análise similar, ao analisar o desenvolvimento histórico das esferas de mediatização: *mnemosfera*, *logosfera*, *grafosfera* e *videosfera*. A primeira compreende o período anterior à escrita, no qual a mediação se dava pela memória e a transmissão oral da informação, mas de forma dogmática. A segunda também é anterior à escrita, mas o conhecimento era dialógico (debates filosóficos). A terceira refere-se à mediação possibilitada pela escrita (grafosfera), enquanto a videosfera tem como o uso da imagem (cinema e TV), com redefinições e atualizações em função da internet (Debray, 1994). Antes dessa síntese apresentada

caso inclui-setoda interação social que, de algum modo, faz referência direta ou indireta às coisas escritas, ou seja, “toda processualidade que só pode existir porque, em algum lugar, há uma base escrita que dá sustentação (lógica, jurídica, moral, referencial, psicológica, cultural, etc.) ao que se processa” (BRAGA, 2006, p.3). Torna-se, portanto, um processo interacional de referência porque toda essa processualidade social não existiria sem o suporte material e simbólico da escrita, como também analisou McLuhan em *A Galáxia de Gutenberg*.

Assim como a escrita, a mediatização eletrônica, com o avanço tecnológico, também se tornou hegemônica na perspectiva de organização da sociedade. A mediatização televisiva, por exemplo, nessa concepção, seria resultado da combinação de mecanismos anteriores de interação somados ao desenvolvimento de lógicas próprias. Decorre daí a ideia de que o processo de mediatização da sociedade se encontra tão desenvolvido que já é assumido como dominante. No caso do ambiente, como registra Schmidt (2003, p.63), a própria emergência do tema como preocupação social é indissociável da cobertura da mídia, inclusive do ponto de vista dos estudos realizados pelas Ciências Sociais e pela Comunicação:

Pode mesmo dizer-se que a sociologia ‘descobriu’ o ambiente depois de este se tornar um problema social – facto que se deveu, em grande parte, à importante intervenção dos meios de comunicação social. Ou seja, foi preciso a agenda midiática reconhecer e produzir saber sobre o ambiente para que a agenda das Ciências Sociais inscrevesse o tema.

Ao analisar estudos realizados em países europeus, nos Estados Unidos, na Nova Zelândia e na Índia, Schmidt (1999; 2003) constata que a amplitude da relevância pública das questões ambientais é tributária da mediatização, fenômeno multifacetado e complexo, com diferentes efeitos sobre a opinião pública, os movimentos ambientalistas, os gestores públicos e os próprios *media*. Em relação à opinião pública, a mediatização é responsável pelo delineamento dos temas na agenda pública, além do enquadramento, do ciclo de atenção dos temas (com maior ou menor tempo de permanência na cobertura). Além disso, grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos ambientais passa necessariamente pela cobertura dos *media*, que se tornaram fonte primordial de informação, especialmente a televisão. “Os *media* traduzem e formam as percepções que as pessoas não experimentam diretamente” (SCHMIDT, 2003, p.69).

A mediatização do ambiente foi responsável pela visibilidade social e pela relevância pública que o tema adquiriu, com ampla projeção na agenda pública e nas pautas culturais, o que inclui o nível da concertação internacional entre os países e nações, aos debates nacionais e seus reflexos nas discussões políticas regionais e locais. Em suma, existem três níveis que devem ser considerados para enquadrar o debate sobre a articulação entre ambiente, meios de comunicação e opinião pública:

O primeiro diz respeito à função dos *media* na institucionalização/popularização dos problemas ambientais através da sua entrada na agenda como tema dominante: a perspectiva da *agenda-setting function* e dos estudos sobre a tematização. O segundo considera que os problemas ambientais são acima de tudo uma construção dos *media*, sublinhando, os processos de comunicação, a importância do contexto sócio-cultural e histórico – as ‘ressonâncias culturais’ – em que essa preocupação é produzida e o modo diferenciado como germina, privilegiando uns assuntos em detrimento do outro: a perspectiva construtivista. O terceiro trata da interação entre os diversos agentes de produção midiática – fontes, jornalistas, programadores, arena institucional mais vasta – e a respectiva inter-

pelo autor francês, McLuhan já tinha publicado estudos sobre os efeitos cognitivos, sociais e políticos da mediatização, tais como *A Noiva Mecânica*, *A Galáxia de Gutenberg* e *Os meios de comunicação como extensões do homem*.

venção em todo o complexo e longo processo comunicativo de formação da opinião pública: a perspectiva interacionista (SCHMIDT, 2003, p.64).

Além dos níveis teóricos mencionados, destacam também os efeitos da mediatização na agenda pessoal dos cidadãos, fenômeno social que ocorre porque “os indivíduos transpõem para as suas consciências aquilo que os *media* definem como assunto de preocupação pública” (SCHMIDT, 2003, p.66). Esse processo não resulta necessariamente de informações objetivas, uma vez que “a realidade social que os *media* criam pode ter pouco a ver com a própria objetividade dos fatos, mas terá muito a ver com as percepções das pessoas”.

Na esfera dos debates desses temas, na perspectiva mediocêntrica, há quatro características convergentes e complementares: globalidade, complexidade, exterioridade e implacabilidade. Essas características podem ser exemplificadas a partir de assuntos que se referem a aspectos que fogem à escala pessoal e individual, como o aumento da temperatura atmosférica, o derretimento das calotas polares e os riscos decorrentes de acidentes nucleares. São temas globais, que exigem conhecimento de diversas áreas e ação integrada dos diferentes atores (complexidade). Além disso, dizem respeito ao mundo exterior dos indivíduos em relação ao cotidiano de cada um e apresentam uma conotação de urgência e implacabilidade.

Apesar da consistente análise da autora e de seus argumentos coerentes e plenamente válidos ainda hoje, talvez seja necessário reconsiderar que, especialmente nos últimos anos, após a divulgação dos relatórios do IPCC em 2007 (*Intergovernmental Panel on Climate Change*), as conseqüências do aquecimento global deixaram de ser vistas como algo externo e distante. Os próprios *media*, especialmente a televisão, passaram a tratar o assunto com mais proximidade, devido à possibilidade de afetar a vida de todas as pessoas, independentemente de seu local de moradia ou condição social. Uma certa proximidade simbólica, devido à imagem mediatizada da Terra como “a casa comum da humanidade”. Essa concepção também é fruto da intervenção dos *media*, com uma pauta mais voltada para as ações e comportamentos do cotidiano, como dicas para economizar água e energia elétrica, coleta seletiva de lixo, uso de sacolas plásticas no supermercado etc.

Além do plano comportamental dos indivíduos, a mediatização também contribuiu para fortalecer as organizações não-governamentais do ambiente e todas as formas de contestação e divulgação relacionadas ao campo ecológico, tema aprofundado por Pereira Rosa (2006). Conforme a análise do autor, a adaptação dessas organizações aos padrões midiáticos contribuiu para que os temas ambientais rompessem as barreiras das descontinuidades dos assuntos na agenda dos *media*. A dramatização é apontada por Pereira Rosa (2006) como uma das estratégias que contribuíram para a mediatização das atividades das organizações ambientais.⁶ Apesar das diferenças entre os movimentos e os atores ambientais, de modo geral, havia em comum a representação da natureza como vítima indefesa. A dramatização, portanto, pode ser considerada uma eficiente estratégia de visibilidade, que permitiu a transição do mero e esporádico agendamento para um estágio de permanência e durabilidade, mediante o escrutínio público continuado. “Ao procurar criar uma consciência coletiva, os movimentos sociais têm de dramatizar os seus protestos, de forma a atrair a atenção dos *media* (PEREIRA ROSA, 2006, p.44).

As retóricas emocionais e dramáticas são analisadas por Schmidt (2003, p.72), especialmente no caso da televisão e a cobertura das catástrofes ambientais. Conforme a autora, as catástrofes assumem papel relevante nesse contexto, pois funcionam como catalisadores na formação da consciência ambiental e na imposição do tema na agenda midiática. A autora cita como exemplo o acidente de Chernobyl, em 1986, o qual, em sua avaliação,

⁶ Existem vários estudos sobre a eficácia simbólica e política da dramatização nos meios de comunicação, em especial na TV. Para uma bibliografia mais específica sobre dramatização e mídia, consultar Barros e Bernardes (2011). Em termos mais abrangentes: OROZ, Silvia. *O cinema de lágrimas na América Latina*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992; THOMASSEAU, Jean-Marie. *O Melodrama*. São Paulo, Perspectiva, 2005; VINCENT-BUFFAULT, Anne. *História das Lágrimas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

fez avançar a tomada de consciência das interdependências ecológicas do que centenas de discursos políticos ou análises científicas. Uma consciência que a televisão globaliza e agudiza, sobretudo pelo enredo dramático que cria, pelos medos e preocupações que enraíza e pela noção de risco que desperta.

As catástrofes antrópicas, geralmente, causam revolta na população e também provocam descredibilidade política. Nesse caso, como registra Schmidt (2003), os *media* evitam as fontes oficiais a fim de não causar rejeição de suas mensagens pelo público. Assim, ao evitarem as fontes oficiais os *media* abrem espaço para as vozes alternativas representadas pelas entidades não-governamentais. Entretanto, é necessário ressaltar que, no caso das catástrofes naturais, a relação dos *media* com as fontes oficiais é diferente, pois os agentes públicos são retratados como colaboradores para o restabelecimento da ordem pública.

Mas a dramatização é explorada pelos mais variados atores e não apenas pelas organizações não-governamentais (ONGs). Afinal, a retórica da dramatização contribui para criar símbolos duradouros no imaginário do público, gerando elementos que servem de referência intersubjetiva e passam a ter mais efeito na opinião pública do que o noticiário factual – citar mais autores sobre dramatização. Para Schmidt (2003), a mediatização das percepções públicas dos fatos científicos que implicam risco encoraja o público a memorizar, imaginar e empolar cenários catastróficos muito para além da informação técnica transmitida. Essa concepção, na avaliação da autora se coaduna com o conceito de *cultivation analysis*,⁷ no sentido de que a cultura ambiental é cultivada e alimentada pelos próprios *media*:

De qualquer modo, fosse como motor de arranque da preocupação pública, fosse como fonte de informação fundamental e por vezes única, os *media* contribuíram diretamente para que a questão ambiental se instituisse publicamente, selecionando-a como tema de topo, captando a atenção das audiências e tornando-a uma área de interesse público comum, atual e prioritária (SCHMIDT, 2003, p.75).

Entretanto, é necessário ressaltar que a adesão da opinião pública não depende apenas dos *media*, mas de uma combinação de fatores, que passam pela conjuntura, a situação política, cultural e econômica. Afinal, a eficácia simbólica produzida pelos *media* “depende da ressonância prévia de um assunto, das referências que ele desencadeie (nos jornalistas e no público), da identidade cultural de quem o recebe e da formação e informações que já existiam previamente a respeito de um assunto” (SCHMIDT, 2003, p.78). As mesmas mensagens podem provocar efeitos distintos em países diferentes, a depender dos antecedentes em relação ao tema, da relação do público com os *media*, da eficácia da dramatização, da relação entre os *media* e outros grupos de interesse e da relação entre os próprios *media*. A ressonância dos temas globais na realidade local é outro fator que contribui para a maior ou menor adesão do público a uma questão ambiental, por mais intenso que seja seu apelo dramático. A configuração da cultura local ou da cultura política nacional pode influenciar a percepção e os interesses dos próprios jornalistas.

A existência de redes de organizações e movimentos ambientais é outro fator que interfere na mediatização. Aliás, é oportuno ressaltar a vocação de muitos dos movimentos sociais para a mediatização. No caso dos movimentos em defesa do ambiente, existem vários casos emblemáticos como a *Greenpeace* (internacional) e a *S.O.S Mata Atlântica*, cujas trajetórias praticamente se confundem com a relação dessas entidades com os *media*. Como estratégia de inserção social, esses movimentos investiram na capacidade de entender o

⁷ Trata-se de uma perspectiva teórica resultante do exame da relação entre a percepção do público sobre a violência e exposição desse mesmo público aos programas televisivos de conteúdo violento. Gerbner (1994) concluiu que os telespectadores que mais assistiram aos programas tendem a ver o mundo mais violento e apresentam maior temor de serem vítimas de crimes.

funcionamento dos *media* e passaram a atuar diretamente para atender às necessidades dos jornalistas.

Essa estratégia, na avaliação de Schmidt (2003) e Pereira Rosa (2006) tornou-se mais eficiente do que os mecanismos utilizados pela comunidade científica. Enquanto os cientistas são demasiadamente cautelosos na divulgação de resultados de pesquisa e evitam falar sobre seus estudos antes da apresentação oficial em eventos acadêmicos ou da publicação em periódicos de renome, os líderes de movimentos ambientalistas chegam a oferecer material informativo e analítico pronto para divulgação, já traduzidos para o formato jornalístico. Assim, os cientistas rejeitam o modelo da mediatização, enquanto os movimentos ambientais o estimulam.

Tais considerações remetem ao esquema formulado por Anthony Downs (1972) a respeito do ciclo de interesse da notícia (*issue-attention-cycle*). Downs explica porque alguns temas apresentam um ciclo de vida muito curto na imprensa, enquanto outros se prolongam por longos períodos. Em sua concepção, o ciclo de atenção pública ao noticiário sobre um fato depende de um conjunto de fatores, como a existência de condições sociais para pôr o assunto em evidência; o respaldo de grupos sociais para dar suporte à repercussão pública sobre as notícias; a natureza dos conteúdos (alarmismo, denunciismo ou euforia coletiva); a ideia de progresso ou avanço na solução dos problemas noticiados. O declínio no ciclo de interesse da notícia, por sua vez, está condicionado ao gradual desinteresse da sociedade e a proeminência de novos temas, mesmo sem a solução dos anteriores. Esse ciclo é um dos pontos nevrálgicos da cobertura de temas de interesse social, como no caso do jornalismo ambiental.

A formação de pacotes *interpretativos*⁸ é outra estratégia indispensável no processo de mediatização e de intervenção no ciclo de atenção da notícia, a exemplo da atuação e mediação de entidades não-governamentais, com o intuito de produzir informações direcionadas para os próprios jornalistas, ou seja, uma estratégia de formatar *pacotes digeríveis* para os jornalistas. Assim, as entidades ambientalistas conseguem intervir na dinâmica jornalística de diversas formas complementares: denúncias, entrevistas, comentários, debates, manifestações públicas, campanhas e oferta de material jornalístico pré-formatado, por meio de assessorias especializadas. Essas organizações alimentam notícias, geram controvérsias, obrigam os parceiros e rivais a se pronunciarem sobre seus atos e provocam respostas do Poder Público. O êxito da mediatização, portanto, é resultado da combinação de um conjunto de estratégias de visibilidade, o que implica alterações na dinâmica da relação entre jornalistas e fontes ambientais (BARROS; SOUSA, 2010).

É oportuno destacar ainda o caráter ambíguo da mediatização. Há momentos em que parece que todos os veículos de comunicação são favoráveis às reivindicações ambientais, mas também há situações que esses mesmos veículos parecem testar a credibilidade e a força dos movimentos. Pereira Rosa (2006, p.136) complementa que essa ambiguidade pode se manifestar também quando os *media*

exigem uma mensagem mais simplificada, mas *consumível* e, portanto, traindo de alguma forma a complexidade do movimento que a proferia; por outro lado, o funcionamento de um noticiário televisivo não se compadece com movimentos com diversos

8 A noção de *pacote interpretativo* é utilizada por Erving Goffman (1974) em seu estudo sobre *Framing Analysis*. Para o autor, em cada questão discutida publicamente, como no caso de temas ambientais, existem perspectivas analíticas que recebem maior ou menor atenção nos debates públicos, os quais operam com uma perspectiva interpretativa definida. As versões a respeito de um mesmo fato ou fenômeno social são elaboradas no contexto de disputas localizadas, as quais são alimentadas por pacotes interpretativos, que fornecem amplos repertórios de recursos argumentativos para a elaboração de relatos a respeito de eventos significativos. Ainda segundo o autor, esses pacotes são organizados a partir de um conjunto de idéias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais. Assim, os *pacotes interpretativos* funcionam como farol para a opinião pública, ao estabelecerem parâmetros de como pensar a respeito da questão em debate. De forma simplificada, conforme o autor, o *pacote interpretativo* apresenta o núcleo da questão, uma posição opinativa correspondente ao núcleo destacado, uma metáfora, a caracterização dos responsáveis pelo problema, as causas e as consequências. Na prática, é como se fosse um esquema *prêt a porter* de opinião.

pontos de vista. Exige porta-vozes, rostos *aceitáveis* perante as câmaras, fluidez de discurso e sobretudo continuidade..." (grifos originais).

Em seu estudo sobre as organizações ambientais em Portugal, Pereira Rosa (2006) destaca que uma das estratégias dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais do ambiente é a adaptação a *pacotes interpretativos* já consolidados e aceitos pelos *media*:

A capacidade de uma organização ambiental introduzir novos temas na agenda política é reduzida, esporádica e muito dependente do contexto político. Na maior parte das vezes, este estudo detectou não tanto um processo de criação de novos formatos noticiosos, mas sobretudo uma aceitação dos formatos disponíveis e, conseqüentemente, a sua adaptação aos interesses da associação (PEREIRA ROSA, 2006, P.146).

Essa estratégia revela a capacidade das entidades e dos movimentos ecológicos para se adaptarem às dinâmicas de produção dos *media*, o que em muito contribuiu para o êxito da mediatização, sobretudo no contexto mais recente, conforme será detalhado a seguir, com uma tentativa de mapeamento da trajetória e evolução dessa relação entre os *media* e os temas ambientais.

EVOLUÇÃO E TRAJETÓRIA DA MEDIATIZAÇÃO

Conforme salientado anteriormente, a natureza começou a ser objeto da mídia, como fonte de imagens e discursos, no contexto brasileiro desde as primeiras décadas do século XX (SODRÉ, 1983). Contudo, o processo de mediatização revela-se com elevado teor de dinamismo e com alta capacidade de redefinição e incorporação de elementos novos. Elaborar um panorama completo dessa trajetória é impossível nos limites de espaço de um *paper*. Contudo, de forma resumida apresentamos aqui uma tentativa de identificação dos períodos mais marcantes, em consonância com o cenário internacional, visto que desde sua origem o pensamento ecológico apresenta matizes planetárias.

O conservacionismo é a primeira dessas fases de evolução e consolidação do ambiente como fenômeno mediatizado (CARVALHO, 2001). Esta etapa corresponde às primeiras tentativas de afirmação da causa verde, cujos antecedentes remetem ao final da década de 1920, sob inspiração das ideias europeias e estadunidenses (DIEGUES, 1998). No Brasil, os pioneiros foram cientistas intelectuais, antenados com a tendência internacional de emergência de um debate pela comunidade científica sobre a exploração racional dos recursos naturais (ESTERCI; FERNANDEZ, 2009). Do ponto de vista da mediatização, esse período foi marcado pela exploração de imagens ambíguas da natureza – ora idealizada, ora degradada. Os principais atores que atuaram como fontes de informação para a imprensa nesta fase foram os cientistas naturais, intelectuais e defensores da natureza como santuário e, em menor escala, autoridades governamentais em notícias sobre medidas pontuais e eventos do calendário de datas comemorativas, como o dia da árvore e similares (BARROS, 1999). Apesar disso, essa é uma etapa fundamental na evolução e consolidação do ambientalismo como tema midiático, cuja tônica foi a defesa de espécies da fauna e da flora, numa perspectiva biocêntrica. Ainda hoje existem legados expressivos do conservacionismo, tanto no campo das ideias como nas novas práticas consideradas ambientalmente corretas. Esses reflexos se manifestam ainda nas políticas públicas de patrimonialização da natureza, com a delimitação de áreas protegidas e a proteção de espécies ameaçadas de extinção, por exemplo.

O pacifismo é o segundo momento de afirmação ambiental, como desdobramento e continuidade do conservacionismo (Barros e Sousa, 2010), representado pelo ecopacifismo, movimento internacional que contestava o uso de energia nuclear, em contraposição às bombas utilizadas na II Guerra Mundial.

Teve seu auge no período de 1945 até meados o início da década de 1960 (GUIMARÃES, 1986). Ao contrário dos conservacionistas os ecopacifistas não se caracterizam como defensores exclusivos da natureza, mas da paz mundial, da convivência solidária e pacífica entre os povos, dos direitos humanos, da tolerância social e política e de repúdio a todas as formas de violência e discriminação. No Brasil, as repercussões foram tímidas, mas mesmo assim conquistaram espaço na imprensa, na esteira das repercussões nos jornais europeus. Trata-se de um momento expressivo no imaginário mediático em função do apelo simbólico representado pelo terror das ameaças nucleares e bélicas, alimentados pelas memórias de Hiroshima e Nagasaki. Um caso emblemático dessa fase foi divulgação da marcha da primeira campanha pelo desarmamento nuclear no Reino Unido, em 1958 (PEREIRA ROSA, 2006). O evento teve grande repercussão na imprensa europeia e fortaleceu os movimentos ambientalistas da época, de conotação ecopacifistas, os quais se proliferaram em vários outros países, inclusive no Brasil (BARROS E SOUSA, 2010). Esse movimento deixou como legado iniciativas que defendem a natureza e a dignidade humana, a educação ambiental, a inclusão social, o combate à fome e à miséria e tantas outras manifestações que associam a paz ao bem-estar, ao respeito às diferenças, ao convívio pacífico entre comunidades, povos e nações. A mediatização dessa fase se caracteriza pela cobertura dos eventos e acontecimentos mediáticos organizados pelos movimentos de cariz ecopacifistas, favorecidos pela simpatia e militância de boa parte dos jornalistas de meios impressos (GARCIA, 2004).

A denúncia de riscos ambientais e à saúde humana é o terceiro momento na evolução da mediatização ambiental (SCHMIDT, 2003) e combina elementos das duas etapas anteriores, mas volta-se especificamente para os riscos dos agrotóxicos sobre a saúde humana. Às estratégias anteriores, soma-se o início da politização do debate sobre ambiente, na esteira dos demais movimentos sociais de contestação que marcaram a década de 1960. Tanto no Brasil como em outros países essa etapa foi marcada pela crítica ao sistema capitalista de produção agrícola e ao sistema de transferência de tecnologia rural para os países periféricos. Esse debate situa-se no âmbito dos efeitos da chamada “revolução verde”, com o uso maciço de máquinas e defensivos agrícolas (BARROS; SOUSA, 2010). Nesse estágio o noticiário é apresentado de forma esparsa, com abordagem pitoresca e dramática. A fase de denúncia sobre riscos ambientais teve como eixo os estudos da bióloga estadunidense Rachel Carson sobre os efeitos nocivos dos pesticidas na agricultura, em seu célebre livro *Primavera Silenciosa*, publicado em 1962. Outro tema que adquiriu grande relevância foram os efeitos da poluição urbana à saúde humana. A imprensa da região Sudeste, em especial os jornais paulistanos ressaltaram os efeitos da poluição industrial no ABC paulista, com ênfase para o caso de Cubatão, com destaque para fontes científicas e o testemunho de pacientes que foram vítimas de doenças decorrentes da poluição, principalmente no caso de doenças respiratórias graves (BARROS, 1999; FERREIRA, 2006).

A quarta fase, e a mais relevante do ponto de vista mediatização, se consolidou com a formação de uma agenda global, cujo tema central é o aquecimento global (BARROS E SOUSA, 2010), devido ao seu elevado potencial dinamizador da agenda política e das relações internacionais, envolvendo uma diversidade de atores, interesses e arranjos político-institucionais. A conjunção de diferentes atores internacionais justifica-se pelo fato de que o ambientalismo apresenta-se como portador de valores que se sobrepõem às diferenças de nacionalidade, cultura, regime político, etnia (VIOLA, 1992). Essa dinâmica política tornou-se cada vez mais expressiva no âmbito da negociação entre os países sobretudo pela dimensão simbólica associada à unidade do Planeta. Cada nação exerce sua soberania a partir da demarcação das fronteiras de seu território, mas quando se trata de políticas ambientais, o debate repercute além das fronteiras internas, das pautas culturais etnocêntricas e das hierarquizações morais internas. Os efeitos da poluição atmosférica e das mudanças climáticas, por exemplo, extrapolam fronteiras físicas. Em decorrência disso é que se justificam as negociações internacionais e a emergência de organismos multilaterais para a área ambiental.

A globalização da agenda ganhou impulso com a divulgação dos relatórios sobre limites do crescimento pelo Clube de Roma, mas consolidou-se com a inclusão das mudanças climáticas e o aquecimento global

(PEREIRA ROSA, 2006). Os relatórios científicos sobre os impactos climáticos no sistema produtivo e nas fontes de riqueza das nações mobilizou as autoridades, especialmente com os prognósticos sobre os efeitos negativos na agricultura. O risco de aquecimento globalizado tornou-se o denominador comum para a concertação internacional. Surgiu, assim, um supertema para a mídia internacional, capaz de impulsionar uma política ambiental internacional, uma vez que a mudança climática unifica os diversos problemas ecológicos, sob o signo do risco, ao ser posta na pauta como desafio para a espécie humana e o Planeta (GARCIA, 2004). O ambientalismo consolidou-se como fenômeno mediatizado (SCHMIDT, 2003) e como espaço político emblemático da atual configuração das relações internacionais e o debate sobre desenvolvimento sustentável, visto como estratégia para fortalecer o ideal democrático e as políticas nacionais de defesa da natureza e dos cidadãos (BARROS E SOUSA, 2010).

Este estágio foi decorrência do anterior (sobre os efeitos da poluição), marcado pela atuação da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do final da década de 1960, em prol da realização da I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, conhecida como a Conferência de Estocolmo (1972). Essa constituiu um marco histórico para o alastramento do pensamento ecológico no mundo contemporâneo, o que seria ampliado com a Rio 92 e a proposta da Agenda 21 nos níveis local, nacional e internacional (BARROS; SOUSA, 2010). Várias conferências seriam realizadas na sequência, destacando-se a *Rio+10*, (2002) e os eventos preparatórios para a *Rio +20* (2012). Em síntese, a intervenção da ONU deve ser analisada de forma crítica, com o reconhecimento de seus méritos, mas também com ressalvas.

Entre os méritos estão os esforços para a constituição de uma agenda ambiental em nível internacional, com ampla visibilidade e destaque pelos *media*. É inegável o quanto esse esforço serviu para alertar as populações e chamar a atenção da opinião pública mundial, seja para os chamados temas globais, seja para os problemas mais localizados. Entre as ressalvas, cabe destacar a fragilidade dos acordos internacionais e a falta de mecanismos políticos para maior intervenção da ONU nos casos de falta de determinação de alguns países que se negam a pôr em prática os princípios aprovados nos fóruns internacionais, embora os *media* não aprofundem essa discussão (BARROS, 1999).

Apesar disso, esta fase constitui o ápice da consolidação do ambiente como fenômeno mediatizado, com uma cobertura que tenta acompanhar e refletir a diversidade de abordagens, de atores e de fontes. As questões ambientais passaram a ser tratadas pela mídia a partir da perspectiva da proximidade simbólica com o cotidiano do cidadão, especialmente no que se refere a assuntos como efeitos da poluição, tratamento de resíduos sólidos domésticos, impactos ambientais nas cidades e consequências do aquecimento global na produção de alimentos, entre outros exemplos. Nessa agenda urbana, o discurso da mídia segue uma onda oscilante entre os efeitos negativos (alerta aos riscos) e as iniciativas positivas de empresas, comunidades e cidadãos em prol da sustentabilidade.

No caso das iniciativas do mercado verde, há uma nítida conexão entre os conteúdos divulgados e os interesses em captar anunciantes desse segmento (UNGARETTI, 1998). Além disso, os *media* passam a estimular o “consumo verde” e a associar a responsabilidade ecológica ao comportamento individual, reduzindo o peso da responsabilidade dos sistemas de produção. Em suma, é como se nas dinâmicas ecológicas o comportamento individual do consumidor fosse mais relevante do que a atuação de todo o sistema de produção industrial. Tal postura dos *media* se explica pela necessidade de captar e manter anunciantes do universo empresarial, além de alimentar o imaginário social de que a ampliação do consumo é que sustenta os modelos de desenvolvimento e de vincular as práticas generalizadas de consumo pessoal à ideia de bem-estar da população (Duarte, 2010). Esse viés da mediatização, focado na perspectiva comportamental é limitado, pois não abrange a esfera da ação política no sentido mais amplo, isto é, em sua dimensão de prática social e de formação de condutas de cidadania e de cultura cívica (CARVALHO, 1992).

De todo modo, a mediatização se confirma como processo social de referência para a construção de uma ordem simbólica desses aspectos do campo ambiental, com reflexos na formação do cidadão, o sujeito ecológico nesse cenário de ambientalização das consciências e comportamentos (Carvalho, 2001) ou de uma opinião pública sobre sustentabilidade (Crespo, 2005). Pereira Rosa (2006) complementa que os *media*, como agentes de produção social da realidade, resultante da negociação entre diversos atores, refletem as dinâmicas do contexto social, visto que se trata de uma produção de sentidos sobre o presente e carrega os conflitos e as forças de ação e reação existentes entre os diversos campos sociais. O próprio jornalismo constitui uma arena de disputas de atenção e de credibilidade, na qual a notícia deixa de ser concebida como espelho da realidade e passa a ser vista como resultante de processo sujeito a cargas ideológicas e interveniências subjetivas. Afinal,

Para perceber as notícias, é essencial perceber a sua dimensão cultural – os valores intrínsecos que atravessam lateralmente a comunidade jornalística e que expressam a cultura em que o grupo está inserido, as normas profissionais a que responde e as rotinas que utiliza para ordenar o caos a que é submetido na produção de cada jornal (Pereira Rosa, 2006, p.21).

Essa concepção remete à *teoria multifatorial da notícia*, detalhada por Sousa (2000), segundo a qual o agendamento do noticiário ambiental recebe interferências de múltiplos fatores, em função do contexto, dos organismos internacionais (ONU e Clube de Roma), das organizações não-governamentais, das universidades e dos partidos políticos. Ainda nessa perspectiva teórica, a divulgação jornalística de temas ambientais no Brasil e em Portugal sofre influência de pessoas (líderes ambientalistas, cientistas, artistas e políticos), ideológicas, culturais, históricas e tecnológicas. Essa conjunção de fatores é que resulta nos efeitos cognitivos e comportamentais sobre a opinião pública (SOUSA 2000). Em suma, a *teoria multifatorial da notícia*, no âmbito da sociologia da comunicação, permite estudar a relação de um fenômeno social com um conjunto de fatores sociais, políticos, históricos, ideológicos. Essa perspectiva teórica permite o estudo do jornalismo de modo relacional, condizente com as teorias sociais relacionadas à formação de opinião pública, ao funcionamento da esfera pública, ao poder simbólico e à complexidade social e mediática.

COMENTÁRIOS FINAIS

Uma questão relevante no escopo da discussão aqui proposta, a título de conclusão, diz respeito ao papel da mídia na história recente, no que se refere ao esclarecimento público acerca dos temas ambientais. Afinal, até que ponto a mídia faz uma cobertura conceitual e contextual das questões polêmicas que interessam à sociedade? Os diversos grupos e perspectivas são contemplados na cobertura de temas polêmicos? O jornalismo oferece uma cobertura equilibrada, em que todas as opiniões são igualmente representadas?

Diante da força da mediatização, como processo social de referência e como agenciadora de sentidos no mundo atual, é inegável o argumento de que o discurso ecológico criou um espaço especial de aparência social e política, a partir das convergências e antinomias peculiares às suas diversas vertentes, desde as mais radicais a aquelas que aderiram às retóricas conciliadoras do “capitalismo verde”, sob a nomenclatura de desenvolvimento sustentável. Essa configuração favoreceu a constituição de duas perspectivas antagônicas de interpretação. A primeira ancorada no pessimismo, com foco nas denúncias aos riscos ambientais e às críticas sobre as formas de extração de recursos naturais. A segunda, de base otimista, adota o princípio da conciliação pacífica entre as práticas econômicas do mercado capitalista e o manejo sustentável da biodiversidade.

Mesmo reconhecendo a pluralidade de discursos ecológicos é visível a predominância de um discurso político globalizado (embora dual). Afinal, o pensamento ecológico, independentemente dessa dualidade

hermenêutica, defende a ideia de uma casa comum (*oikos*) que precisa ser conservada. Essa casa comum tanto pode ser o Planeta, no seu sentido amplo, como o território comunitário da vizinhança. O que se percebe, contudo, é a tendência para a polarização, que se manifestam nas duas perspectivas já mencionadas.

Algumas das ideias básicas do ecologismo, apropriadas pela vertente otimista da mediatização, trazem à tona conceitos como a solidariedade transgeracional, que remete a uma ordem de valores morais que primam pela dimensão coletiva, uma vez que constituem fator de coesão na sociedade. Assim, o ecologismo poder ser pensado como um novo tipo de racionalidade e de ética coletiva, capaz de unir as pessoas em torno dos “valores verdes comuns”? O ambientalismo contribui para a criação de um consenso social decorrente de um processo de negociação, de um agir comunicativo?

Avançando nas ressalvas já apontadas ao longo do texto e para concluir, podemos acrescentar ainda que o pensamento ambientalista é complexo e multifacetado, o que dificulta uma análise crítica universalizante. Entretanto, mesmo com o foco no quadro de referência geral e planetário, percebe-se a tendência para agregar representações sociais implicadas na lógica contemporânea da mediatização, ou seja, transmissão de idéias, valores e símbolos pelos meios de comunicação de massa. Tal fenômeno foi intensificado com a adesão dos *media* à agenda verde a partir da década de 1990, com a repercussão da Cúpula da Terra (Rio 92) e a consolidação do ambientalismo como um fenômeno mediatizado e polarizado nas duas vertentes mencionadas, ou seja, a interpretação positiva calcada nos riscos e a abordagem otimista embutida na retórica da sustentabilidade. Ambas são abrigadas pelos horizontes de compreensão da cobertura dos *media*, de acordo com os enquadramentos e as conveniências da agenda jornalística e dos debates e entrevistas.

Apesar das conhecidas críticas aos *media*, especialmente à TV, no que se refere à espetacularização, fragmentação e superficialidade (Bourdieu, 1997), no caso das questões ambientais, é inegável a sua contribuição para que o ambientalismo rompesse as barreiras da descontinuidade na agenda dos *media* de forma geral, uma vez que TV tornou-se um meio cada vez mais expressivo. Mas, seria inadequado atribuir esse papel exclusivamente aos *media*, uma vez que vários atores contribuíram para a visibilidade ecológica. Assim, é necessário considerar a relevância histórica de vários segmentos que atuaram como atores peritos, tais como a comunidade científica (Fernandes, 1990), o empresariado do ramo dos negócios ambientais (UNGARETTI, 1998) e as ONGs (PEREIRA ROSA, 2006). Afinal, a ação histórica dessa constelação de agentes sociais também contribuiu para ampliar a cobertura dos *media* sobre a agenda verde. Em suma, podemos inferir que o somatório de todas essas forças é que concorreu para ampliar a repercussão dos temas ambientais nos *media*, em consonância com os pressupostos da *teoria multifatorial da notícia* (SOUSA, 2006) e os estudos sobre a historicidade dos fenômenos contemporâneos, na perspectiva da complexidade e da integração de saberes (MORIN, 1994) e em conformidade com a lógica de intermídia (Schmidt, 2003) ou consonância de agenda dos *media* (WOLF, 1995).

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. T. de. **Atores e discursos ecológicos no Brasil: Ciência, Estado e Imprensa (1972-1992)**. Tese de doutoramento. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- BARROS, A. T. de.; SOUSA, J. P. **Jornalismo e ambiente**. Porto: Edições Fernando Pessoa, 2010.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. Texto apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, do **XV Encontro Anual da Associação dos Programas de pós-Graduação em Comunicação (Compós)**. São Paulo, 2006.

CARVALHO, I. C. M. Educação, meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Meio ambiente e democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992, p.32-42.

_____. **A invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias em educação ambiental. *Tese* (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001 403f..

CRESPO, S. Uma visão sobre a evolução da consciência ambiental no Brasil nos anos 1990. In: TRIGUEIRO, André (Org). **Meio ambiente no século XXI**. Campinas; Autores Associados, 2005, p.59-74.

DIEGUES, A. C. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

DOWNS, A. Up and down with ecology: the issue-attention cycle. **The Public Interest**, [S. l.], v. 28, p.38-50, 1972.

DUARTE, A. A antropologia e o estudo do consumo: revisão crítica das suas relações e possibilidades. **Etnográfica**. Coimbra, v. 14, n. 2, p. p. 363-393, 2010.

ECO, U. **Cinco escritos morais**. São Paulo: Record, 2010.

ESTERCI, N.; FERNANDEZ, A. O legado conservacionista em questão. **Revista Pós Ciências Sociais** v.6, n.12, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/50/37>

FERNANDES, A. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: EdUnB, 1990.

FERREIRA, L. **Idéias para uma sociologia da questão ambiental**. São Paulo: Annablume, 2006.

GARCIA, R. **Sobre a Terra**. Lisboa: Público, 2004.

GERBNER, G. et al. Growing up with television: the cultivation perspective. In: BRYANT, J; ZILMAN, D. (Org). **Media Edfacts: advances in theory and research**. Hillsdale: Laurence Erlbaum Associates, 1994, p.17-41.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**: na essay on the organization of experience. Michigan: Harper & Row, 1974.

GUIMARÃES, Roberto P. **Ecopolitics in the third world: an institutional analysis of environmental management in Brazil**. University of Connecticut, 1986.

HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEIS, H. R. (1995). Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política ambiental. In: VIOLA, Eduardo J. *et al.* **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, p.15-43.

MORIN, E. **Introducción al pensamiento complejo**. Barcelona: Gedisa, 1994.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 1991

PEREIRA ROSA, G. (2006): **A Quercus nas Notícias**. Porto: Porto Editora.

PETITAT, A. Educação difusa e relação social. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 36, n. 2, maio/ago., 2011, p.365-376.

RAMOS, L. F. A. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo, Annablume, 1996.

SARTORI, G. **Homo Videns**: la sociedad teledirigida. Madrid: Taurus, 1998.

SCHMIDT, L. (2003). **Ambiente no Ecrã**: emissões e demissões no serviço público televisivo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SCHMIDT, L. (1999). Sociologia do ambiente: genealogia de uma dupla emergência. **Análise Social**, Lisboa, v.34, n.150, p.175-210, out./dez.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOUSA, J. P. **As notícias e seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 2000.

SOUSA, C. M.; FERNANDES, F. A. M. **Meio Ambiente: limites e possibilidades**.

Disponível em www.jornaldomeioambiente.com.br/jma-cadernos/comunicacao.asp, acesso em 11/04/12.

THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNGARETTI, W. N. **Empresariado e ambientalismo**: análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Anna Blume, 1998.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (coord.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995.